

# Diário do Legislativo de 21/08/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## SUMÁRIO

1 - CONCURSO PÚBLICO

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATA

## CONCURSO PÚBLICO

AVISO AOS CANDIDATOS

Técnico de Apoio - Taquígrafo - Cód. 801

Edital nº 8/2000

A Comissão de Coordenação e Supervisão do concurso público para os cargos de Técnico de Apoio e de Procurador informa aos candidatos ao cargo de Técnico de Apoio - Taquígrafo que o *software* a ser disponibilizado para digitação da 4ª prova a que se refere o Edital nº 8/2000 é o Microsoft Word 97. Informa, ainda, que o teclado do microcomputador disponibilizado para digitação estará configurado com o idioma padrão Português (Brasil) e com *layout* Português (Brasil ABNT2).

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 270ª reunião ordinária, em 21/8/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 899/2000, do Deputado Paulo Piau, que dispõe sobre o Programa Estadual de Fomento Florestal e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.250/2000, do Governador do Estado, que autoriza o Estado de Minas Gerais a participar da implantação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, de que trata a Lei Complementar Federal nº 93, de 4/2/98. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinaram por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Política Agropecuária, que opina pela rejeição da Emenda nº 4 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 2 e pela aprovação da Subemenda nº 2 à Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.327/2000, do Deputado Dimas Rodrigues, que altera dispositivos das Leis nºs 6.763, de 26/12/75, e 13.430, de 28/12/99, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.487/2001, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza reversão de imóvel que descreve ao Município de Itaguara e dá outras providências. As Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.538/2001, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 75ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 21/8/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.528/2001, do Deputado Hely Tarquínio; 1.573/2001, da Deputada Elaine Matozinhos; 1.570/2001, do Deputado Durval Ângelo; 1.583/2001, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.600/2001, do Deputado Márcio Cunha; 1.607/2001, dos Deputados Alencar da Silveira Júnior e Durval Ângelo; 1.611/2001, do Deputado Márcio Cunha.

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.593/2001, do Deputado Pinduca Ferreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.560/2001, do Deputado Amílcar Martins; 1.627/2001, do Deputado Sávio Souza Cruz; 1.643/2001, do Deputado João Leite.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da Comissão Especial da Lei Robin Hood, a realizar-se às 15 horas do dia 21/8/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão e ouvir os Srs. Ilmar Bastos Santos, Superintendente-Executivo da Fundação Biodiversitas; Argileu Martins da Silva, Diretor Técnico da EMATER-MG; João Batista Rezende, Diretor de Promoções e Articulações da EMATER-MG; José Luciano Pereira, Diretor-Geral do IEF.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 81ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 22/8/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.439/2001, do Governador do Estado; 1.491/2001, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.422/2001, do Deputado Álvaro Antônio; 2.435/2001, do Deputado Djalma Diniz; 2.436/2001, do Deputado Pinduca Ferreira.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 73ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 10 horas do dia 22/8/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.078/2000, do Deputado João Paulo; 1.553/2001, do Deputado Dimis Pinheiro.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.111/2000, do Deputado José Braga; 1.269/2000, da Deputada Elaine Matozinhos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 68ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14 horas do dia 22/8/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 819/2000, das Deputadas Maria Tereza Lara e Elaine Matozinhos; 1.501/2001, do Deputado Mauro Lobo; 1.543/2001, do Deputado Luiz Menezes; 1.550/2001, do Deputado João Leite.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.159/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.219/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 69ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 22/8/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.426/2001, do Deputado Eduardo Brandão; 2.465/2001, do Deputado João Batista de Oliveira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 42ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 22/8/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.039/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.189/2000, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Pareceres sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 14.819 e 14.835

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elbe Brandão e os Deputados Gil Pereira, João Batista de Oliveira e Pastor George, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/8/2001, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2001.

Luiz Tadeu Leite, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bené Guedes, Adelino de Carvalho, João Leite e Luiz Menezes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/8/2001, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os Srs. Ronaldo Sucato, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais - OCEMG -; Wellington Gaia, Delegado Regional do Trabalho no Estado de Minas Gerais e Antônio Carlos Oliveira, Procurador do Trabalho, que irão discutir, em audiência pública, o cooperativismo do trabalho.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2001.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Pareceres sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.818 e os Vetos Parciais às Proposições de Lei nº 14.838 e 14.840 e à Proposição de Lei Complementar nº 67

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ambrósio Pinto, Bilac Pinto, Márcio Cunha e Maria José Haueisen, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/8/2001, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres dos relatores sobre os vetos supracitados.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2001.

João Leite, Presidente.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 2/8/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.046, 2.049, 2.054, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelino de Carvalho

exonerando Thiago Alves Guimarães Lopes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Jane Andrea Lacerda Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

Gabinete do Deputado Agostinho Silveira

exonerando, a partir de 17/8/2001, Franklin Ferreira Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando, a partir de 17/8/2001, Rui Fidélis de Campos Júnior do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

exonerando Jean Carlo de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Sílvio Rodrigues Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2001

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2001

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 6/9/2001, às 10 horas, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, na sala de reuniões da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, a abertura dos envelopes da Tomada de Preços nº 11/2001, destinada à aquisição de cabeça de impressão com cartucho de tinta intercambiável e tinta "ink-jet" (refil) de cabeça de impressão, para telecopiador Olivetti série 500.

O edital poderá ser adquirido no endereço mencionado, mediante pagamento da importância não reembolsável de R\$0,70.

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2001.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

ERRATA

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DAS TAXAS

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 18/8/2001, na pág. 26, col. 4, após as assinaturas, inclua-se o seguinte anexo:

"Anexo

PROJETO DE LEI Nº .....

Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.437, de 30 de dezembro de 1999, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A Lei nº 13.437, de 30 de dezembro de 1999, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 31, renumerando-se os demais:

"Art. 31- As microempresas e as empresas de pequeno porte ficam isentas do pagamento das taxas de expediente relativas a atos de autoridade administrativa previstos na Tabela A, a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975."

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo sessenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de agosto de 2001.

Comissão Especial das Taxas

Justificação: O art. 179 da Constituição Federal, que determina a simplificação e a redução das obrigações tributárias das pequenas empresas e das microempresas, tem hierarquia superior à Lei de Responsabilidade Fiscal, que é lei complementar, daí por que nada obsta que as pequenas empresas e as microempresas sejam contempladas com isenção do pagamento de taxas estaduais, como ocorre nos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

PROJETO DE LEI Nº .....

Altera dispositivos da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O § 1º do art. 91 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, alterado pela Lei nº 13.430, de 28 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 91 - .....

§ 1º - As microempresas e as empresas de pequeno porte ficam isentas do pagamento das taxas de expediente relativas a atos de autoridade administrativa previstos na Tabela A anexa a esta lei."

Art. 2º - O art. 205 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 205 - .....

Parágrafo único - As certidões emitidas pela Fazenda Pública Estadual, previstas no item 2.8 da Tabela A anexa a esta lei, terão validade pelo prazo de cento e oitenta dias."

Art. 3º - A Tabela A a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, na redação dada pela Lei nº 13.430, de 28 de dezembro de 1999, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta lei.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo sessenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de agosto de 2001.

Comissão Especial das Taxas

Justificação: Os atuais valores de taxas incidentes sobre o controle da produção exercido pelo Estado, por intermédio do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, são exorbitantes em relação ao controle de sementes e de mudas, ofendendo o princípio constitucional da razoabilidade inserido no "caput" do art. 13 da Constituição do Estado. Ademais, toda taxa deve espelhar o custo dos serviços e observar a incapacidade contributiva, como negação do princípio clássico do Direito Tributário, a demonstrar que nenhuma taxa deve ser desmedida a tal ponto de inviabilizar, na prática, o seu pagamento pelo contribuinte, ou mesmo ser absolutamente desproporcional entre o serviço prestado ao contribuinte e seu efetivo custo. Desta forma, o projeto de lei em tela propõe a redução de 5 UFIRs para 2 UFIRs no caso do controle de produção sobre sementes e mudas. Em contrapartida, para recomposição da perda de receita, propõe o aumento de 300 UFIRs para 1.500 UFIRs da taxa de controle sobre produto agrotóxico, e de 150 UFIRs para 300 UFIRs da taxa de controle de produção de insumos agropecuários, pela indústria, de modo a atender, assim, ao disposto no art. 14, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4/5/2000.

Anexo

(a que se refere o art. da Lei nº , de de )

Tabela A

Lançamento e Cobrança da Taxa de Expediente Relativa a Atos de Autoridade Administrativa

(a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 26/12/75)

Quantidade de UFIRs

Item	Atos de Autoridade do IMA	Por vez, dia, unidade, função, processo, documento, sessão	Por mês	Por ano
1.7.4. - Controle de produção				
1.7.4.1. - semente, por ton. ou fração		0,50		
1.7.4.2. - Muda (classe fiscalizada) por milheiro ou fração		0,50		
1.8 - Cadastro de produto				
1.8.1. - Cadastro de agrotóxico				1.500,00"